



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680295 - CE (2021/0219596-4)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : LUCAS BRENDON CORREIA BEZERRA  
**ADVOGADO** : LUCAS BRENDON CORREIA BEZERRA - CE037863  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : ANDRÉ MATOS TEIXEIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : JOÃO LOURENÇO DA SILVA JÚNIOR  
**CORRÉU** : OMAR DE OLIVEIRA DOS SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* sem pedido de liminar impetrado em favor de ANDRÉ MATOS TEIXEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (Processos n. 0000624-79.2008.8.06.0049 e 0777067-67.2014.8.06.0001).

O impetrante requer que seja concedida a ordem no presente *habeas corpus*, para determinar, de imediato, a extinção da punibilidade do paciente, quanto à pena aplicada nos autos do processo, nos termos do art. 107, IV, reconhecendo-se desde já a prescrição intercorrente da pretensão punitiva do Estado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação da ora paciente. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente